

A retomada dos territórios ancestrais: os Guarani e a *Cidade Real do Guairá*

Sabrina de Assis Andrade (*)

ANDRADE, S. A retomada dos territórios ancestrais: os Guarani e a *Cidade Real do Guairá*. R. Museu Arq. Etn., 24: 91-107.

Resumo: No ano de 2009 um grupo de indígenas Guarani reocupou uma área onde se encontram as ruínas da Cidade Real do Guairá, no atual município de Terra Roxa no Oeste paranaense. Este aldeamento faz parte de um conjunto que totaliza treze comunidades indígenas Guarani na região, que no geral sobrevivem em situação de conflito e sem o mínimo de qualidade de vida. Segundo pesquisas arqueológicas já realizadas, as ruínas estão sobre antigo território indígena, e esta reocupação contemporânea é um processo de tentativa de retomada desse território que ao longo de séculos foi retirado dos nativos por grupos detentores do poder. Compreender a relação existente entre os Guarani e este local, assim como contribuir para a melhoria das condições básicas de saneamento e qualidade de vida desse grupo é objetivo deste trabalho.

Palavras-chave: Guarani; Cidade Real do Guairá; reocupação

Introdução

O grupo indígena Guarani ocupa territórios em cinco países (Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai) totalizando em torno de 350 mil pessoas, das quais aproximadamente 100 mil habitam as margens esquerda e direita do Rio Paraná (Brasil, Paraguai e Argentina), sendo que somente do lado brasileiro (Oeste paranaense) há aproximadamente 5 mil indígenas. Na região dos municípios de Terra Roxa e Guaíra, recorte territorial desta pesquisa, vivem cerca de 1300 indígenas distribuídos por

13 aldeamentos (fig.1), boa parte deles em situação fundiária de conflito, sobretudo decorrente da tensão entre indígenas e setores do agronegócio local (Oliveira 2013).

Apesar de o número populacional dos Guarani ser significativo, esse grupo é o que menos conta com territórios demarcados por lei, seja qual for o motivo – os Guarani têm por característica serem povos mais pacíficos e assim “menos exigentes” em relação a seus direitos, ou pelo fato de que em sua maioria vivem em territórios do sul, sudeste e centro-oeste do Brasil onde há as maiores concentrações de grandes propriedades latifundiárias, dificultando assim o acesso à terra, entre outros – os direitos constitucionais indígenas são sistematicamente desconsiderados em benefício a um coletivo formado por ruralistas com grande representação

(*) Mestre em Antropologia Social pela UFPR – Universidade Federal do Paraná. <briandrade@hotmail.com>

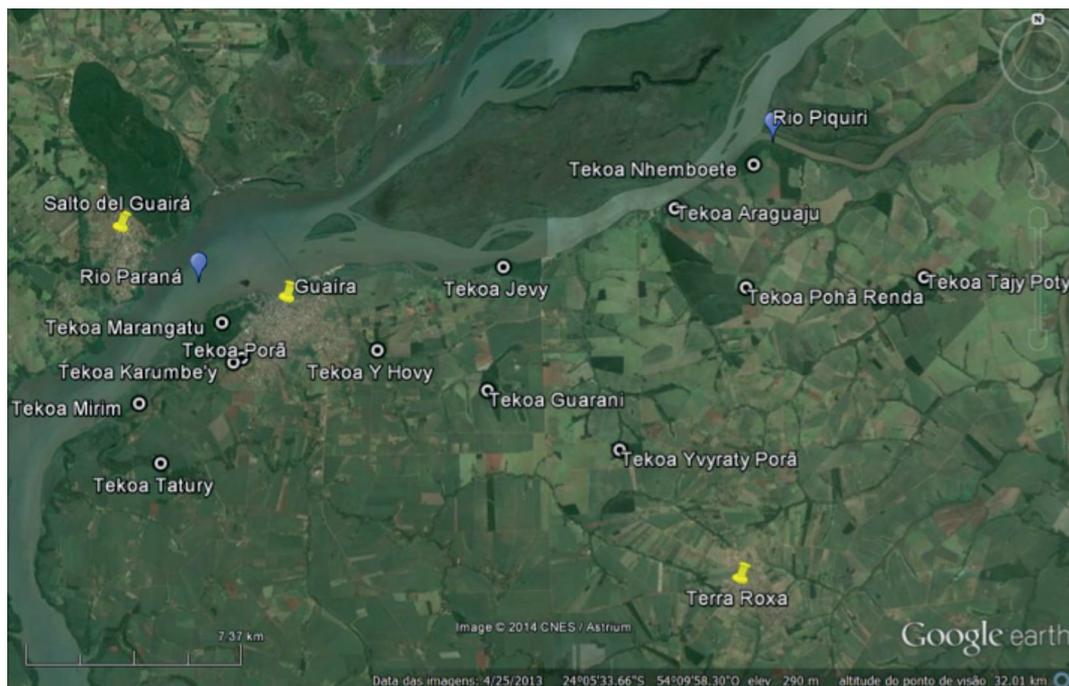


Fig. 1: Localização dos aldeamentos indígenas na região dos municípios de Terra Roxa e Guairá - PR.

no Congresso Nacional que legisla em desacordo aos direitos das minorias étnicas.

Em relação ao processo de demarcação de Terras Indígenas no Oeste paranaense ocorre o seguinte cenário: foram publicadas no ano de 2009 duas portarias para regularização de TI's em territórios já ocupados, *Tekoa Porã* e *Tekoa Marangatu*, ambas na cidade de Guairá, mais tarde em 2010 houve uma retificação que incluiu o *Tekoa Araguaju* nesse processo. Na ocasião foi constituída uma equipe técnica para os estudos pertinentes, porém esses estudos não foram finalizados e tampouco entregues, havendo a especulação que devido a ameaças esta equipe parou os trabalhos (Oliveira 2013).

De acordo com APIB (2014), ataques sistemáticos de regressão e supressão dos direitos indígenas verificam-se nos distintos poderes do Estado e na sociedade. A flexibilização ou mudança na legislação indigenista e ambiental está em curso por meio de Projetos de Lei (PL 1610, PL 227, PL 7735), Emendas constitucionais (PEC 215, PEC 038), Portarias (Portaria 303,

Portaria 419), entre outros¹. Ao mesmo tempo, lideranças e comunidades indígenas que lutam na defesa de seus direitos à terra são criminalizadas, vítimas de assassinatos, prisões arbitrárias e ameaças de morte.

Parte dos 13 aldeamentos indígenas Guarani das cidades de Terra Roxa e Guairá vivem em situação precária sem as mínimas condições básicas e de qualidade de vida. Os indígenas

1 PL 1610 - dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas; PL 7735 - dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências; PEC 215 que transfere a competência da União na demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional; PEC 038 busca impor um limite máximo de tamanho para as Terras Indígenas; Portaria 303 proíbe a ampliação de terra indígena já demarcada; Portaria 419 Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental; Decreto 7957\2013 que cobra a garantia de território e direitos dos povos indígenas e tradicionais

“sobrevivem” sem saneamento, sem luz elétrica, sem água potável, sem acesso à escola, com dificuldade de acesso à documentação. Ao que se soma a existência de ações difamatórias por parte tanto de parte do poder público como de parte da sociedade em geral, na forma de acusações de nacionalidade estrangeira (paraguaios), de terem vindo de outras regiões, ou mesmo de não serem mais índios, negando-lhes assim o acesso as suas terras tradicionais (Oliveira 2013). Durante muitos anos, estes grupos têm travado um intenso conflito com os fazendeiros locais, numa disputa por terras na qual, na maior parte dos casos, os indígenas (grupo minoritário), têm levado desvantagens, incluindo entre outras, tentativas de despejo de seus acampamentos.

O *Tekoa Nhemboete*, aldeamento indígena situado no município de Terra Roxa, não foge a essa regra. Formado a aproximadamente 5 anos em local onde se encontram as ruínas da Cidade Real do Guairá, patrimônio tombado pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC) da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná² por um grupo de indígenas Guarani vindos da cidade de Guairá.

A reocupação deste território é um processo que demonstra a relação simbólica e de pertencimento que os indígenas estabelecem com os remanescentes da Cidade Real. Por estar presente em uma área tombada o *Tekoa Nhemboete* se insere em duas situações distintas: por um lado, como o local é patrimônio do estado nenhum interesse particular pode retirar os indígenas de lá, e por outro lado, por esse mesmo motivo é necessário que alguns cuidados sejam tomados no sentido de minimização dos impactos sobre a cultura material arqueológica, para tanto, estão sendo realizados em conjunto com os Guarani, levantamentos arqueológicos que servem como orientação para instalações de

benfeitorias, objetivando um aumento na qualidade de vida dos indígenas, além da proteção dos remanescentes arqueológicos. Ressalta-se que este artigo é resultado parcial do projeto “Levantamento Prospectivo na Área de Tombamento da Cidade Real do Guairá – Terra Roxa – PR da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná.

Cidade Real do Guairá

Localizado na margem leste do Rio Paraná, na confluência do Rio Piquiri (fig. 2), a Cidade Real do Guairá foi fundada em 1556 pelo Capitão Ruy Diaz Melgarejo.

De acordo com Chmyz (1976) e Chmyz e colaboradores (1999) a Cidade Real foi construída sobre antiga aldeia indígena do cacique Guairá, a segunda de três cidades (Comunidade Espanhola de Ontiveros, Comunidade Espanhola Cidade Real do Guairá e Comunidade Espanhola de Vila Rica do Espírito Santo) todas situadas no atual estado do Paraná. A fundação das comunidades tinha como objetivo colonizar a região situada a leste do Rio Paraná e explorar as riquezas naturais locais, sobretudo pedras e metais preciosos. Esta região chamada *Provincia del Guayrá* foi desmembrada da Província do Rio da Prata no final do século XVI.

Devido à abundância de recursos naturais disponíveis, os espanhóis, alicerçados pelos indígenas, desenvolviam atividades de coleta, caça e pesca, além da agricultura do milho, da mandioca, de legumes diversos, da cana de açúcar, da banana, de frutas cítricas e de algumas variedades de uva e tabaco. Criavam também aves, ovelhas, porcos e cavalos. Sua principal atividade econômica foi a extração de erva-mate. As edificações (casas, oficinas, olaria, colégio, cemitério, igreja, entre outras) eram feitas pela técnica de taipa de pilão com cobertura de palmeiras ou sapé, sendo que algumas eram cobertas por telhas goivas. Ocupavam áreas retangulares que obedeciam a um traçado predefinido, formando quarteirões, rodeados por muros de taipa. Os quarteirões eram separados por ruas de traçado regular, medindo 10 ou 15 metros de largura. Ocorriam também espaços

2 A área onde hoje se encontram os remanescentes arqueológicos de Cidade Real do Guairá foi objeto de tombamento pelo Estado do Paraná em 11 de julho de 2007, com base na Lei Estadual nº 1211 de 1953. Composta de 121 hectares está compreendida na sua totalidade dentro do perímetro da Fazenda Curupaí, município de Terra Roxa, PR e situa-se na foz do rio Piquiri com o rio Paraná, cuja coordenadas geográficas são 24° 01' 59,56" S e 54° 05' 36,09" (2012a).

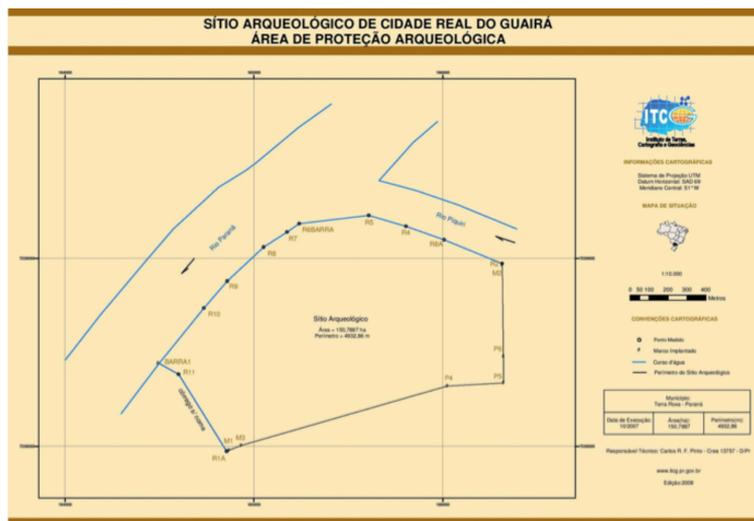


Fig. 2: Área tombada do Sítio Arqueológico de Cidade Real do Guairá. Área de proteção arqueológica. Fonte: ITCG - Instituto de Terras Cartografia e Geociência.

livres ou parcialmente murados, provavelmente relacionados a praças (Chmyz *et. al.* 1999).

Somente 74 anos após sua fundação, entre os anos de 1631 e 1632, a cidade foi atacada e arrasada pelos bandeirantes portugueses que tinham como objetivo o “sequestro” dos indígenas que ali se encontravam para que estes servissem como escravos em território português.

Contextos das pesquisas já realizadas nos remanescentes das Ruínas da Cidade Real do Guairá

Através de pesquisas etno-históricas e arqueológicas já realizadas, sabe-se que não apenas o território da Cidade Real do Guairá mas também outras antigas povoações espanholas dos séculos XVI e XVII foram ocupadas por grupos indígenas (Chmyz, 1976; Gaulier, 2013). É através da memória coletiva e dos vestígios materiais deixados pelos ancestrais que ocuparam estes locais antes, durante e depois da conquista europeia, que se constroem o processo de significação e ressignificação de alguns componentes da materialidade e da paisagem existente (Gaulier, 2013).

Os remanescentes da Cidade Real foram pesquisados em um primeiro momento na década de 1940 com o objetivo de disponibilizar

ao público interessado uma análise do material arqueológico encontrado e coletado em superfície, assim como apresentar um breve relato da história da Cidade Real de Guairá a partir dos documentos existentes. Segundo artigo publicado originalmente em 1947 no periódico científico *American Antiquity* e posteriormente traduzido por Virginia Drew Watson (2003) o material coletado encontra-se no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

A partir da coleta e análise desse material foi possível identificar cinco tipos de cerâmica encontrada em grandes quantidades: corrugada, unglada, policroma, escovada e lisa; e ainda outros três tipos encontrados com menos frequência: nodulado, impresso com trançado e inciso (Watson 2003).

Em um segundo momento este sítio arqueológico foi pesquisado pelo do arqueólogo Igor Chmyz, do CEPA/UFPR - Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, nos anos de 1958, 1963 e 1965. Além da coleta de material que possibilitasse o estabelecimento de uma tipologia cerâmica mais apurada para o sítio, essas pesquisas tinham por objetivo realizar uma topografia dos vestígios das habitações, ruas e praças que formavam a antiga vila (fig. 3) (Chmyz 1963, 1964, 1973, 1976).

Filho, Júlio Thomaz (arqueólogo) e Sabrina de Assis Andrade (etnoarqueóloga). Inicialmente esta etapa buscou sanar dois objetivos pontuais: 1. definir, tendo como suporte os levantamentos arqueológicos até então realizados, áreas em que deverão ser realizadas novas sondagens arqueológicas, a fim de estabelecer os limites de ocupação que a comunidade indígena poderá atingir; e 2. definir as áreas mais apropriadas à construção de instalações sanitárias, de ponto de abastecimento de água e de roça, demanda vinda da necessidade de estabelecimento de saneamento básico para o grupo indígena. Durante o ano de 2013 foram realizadas três etapas de campo (abril, setembro e novembro), as quais são descritas a baixo. Concomitantemente foram visitados locais de interesse arqueológico indicados pelos próprios Guarani.

Sobre os Guarani do Oeste Paranaense

A presença indígena na região oeste do estado do Paraná data do período pré-colonial anterior a presença espanhola na região. No século XVI, decorrente dos avanços colonizadores espanhóis no território do Guairá e logo após, quando se deu o processo de catequização indígena pelos padres Jesuítas, ocorreram os primeiros processos de interferência na cultura indígena local. Os padres jesuítas tinham como missão “reduzir” e “civilizar” nos moldes cristãos os indígenas (CTI 2013).

Ao longo do século XX o projeto de colonização do oeste do Paraná não reconheceu o território tradicional Guarani, e uma das ações adotadas que sinaliza neste sentido foi a criação, na década de 1920, de oito reservas indígenas no Mato Grosso do Sul, com a intenção era retirar os Guarani do oeste paranaense e levá-los a essas reservas, ou mesmo para o Paraguai ou Argentina, resultando assim, em um vazio demográfico indígena que facilitaria o processo de colonização regional (Oliveira 2013).

Na década de 1940 devido ao controverso modelo de Unidades de Conservação adotado pelo Brasil, a criação do Parque Nacional do Iguazu (1939) sobre território Guarani foi causadora da expulsão violenta das famílias

Guarani que viviam dentro de seus limites (Packer 2013). Desde então, foi frequente o processo de esbulho de suas terras tradicionais, agravado mais recentemente pelas frentes expansionistas da década de 1970 em diante, impulsionadas sobretudo pela exploração da erva mate.

Na década de 1980, devido a decisão de potencializar a exploração do potencial hidrelétrico no estado do Paraná, os Guarani, assim como outros grupos indígenas que historicamente ocupavam a região, foram em sua maior parte reunidos em uma única comunidade, a Reserva Indígena de Ocoy (Foz do Iguazu). Isto teve ligação direta com a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o qual inundou as áreas indígenas e de ribeirinhos que ocupavam a região. A Reserva Indígena de Ocoy com 250 hectares foi ocupada por um número de indígenas que excedia a sua capacidade territorial e assim foi criada, na década de 1990, uma nova reserva indígena no município de Diamante do Oeste, a aldeia *Tekoa Añetete*, com 1744 hectares, e mais tarde, no decorrer dos anos 2000, a aldeia *Tekoa Itamarã*, com 242 hectares, abrigando 250 famílias ou 1100 pessoas³. Com o objetivo de solucionar o problema do impacto causado pela instalação da usina sobre as comunidades indígenas da área, a criação das reservas caracteriza o processo arbitrário de “redução” indígena, responsável pela junção de grupos distintos, sem consideração das diferenças culturais existentes entre eles.

De acordo com Packer (2013) as violências praticadas nesse período, tanto pelo Estado brasileiro como por agentes privados, contra os Guarani que viviam na região, tiveram como consequência o não reconhecimento de seus direitos territoriais, o que está na origem da situação extremamente precária em que suas comunidades se encontram ainda hoje, assim como das muitas pressões da sociedade envolvente para que sejam retirados de seus últimos locais de ocupação.

Desde então, houve o remanejamento de diversos grupos indígenas, e mais recentemente, há um movimento de retomada desses terri-

3 Dados retirados do site da Itaipu Binacional, sem data.

tórios, que culminou na formação de novos aldeamentos sobre todo o Oeste paranaense, sendo um desses aldeamentos o *Tekoa Nhemboete* - nome indígena dado ao território ocupado por indígenas Guarani na área tombada onde se encontram os remanescentes arqueológicos da Cidade Real do Guairá. Devido à necessidade de minimização dos impactos que esta ocupação pode vir a causar nos vestígios arqueológicos locais, e a implantação de benfeitorias para o aumento da qualidade de vida deste grupo, iniciou-se um programa de levantamento etnoarqueológico objetivando a construção de sanitários, caixa d'água e local adequado para o cultivo de uma roça. Ressalta-se que todo esse processo vem acontecendo em parceria com os Guarani.

O *Tekoa Nhemboete*

Os Guarani do *Tekoa Nhemboete* se reconhecem como um grupo “Guarani puro”, ou seja, eles não se reconhecem como Ava Guarani, como são comumente chamados. Segundo o cacique Libório (informante dessa pesquisa), *Ava* seria o mesmo que *Kuimbae* ou homem. Ao que parece são distintas grafias para uma mesma semântica, desta forma *Ava* e *Kuimbae* seria um termo genérico que identifica qualquer homem Guarani, envolvendo aí os diversos grupos Guarani (Mbya, Kaiowa, Nhandeva), se diferenciando do homem branco aos quais eles chamam de *Karaiz*. Estas diferenças entre grafia e semântica se dão devido à inexistência de um dicionário padrão para as línguas indígenas brasileiras, as quais são suscetíveis de mudanças no tempo e no espaço, sendo flutuantes ainda de acordo com cada etnia (Andrade 2013).

Segundo os próprios Guarani a ocupação recente deste território se deu mediante um processo de ressignificação local, comum entre grupos indígenas que se identificam com lugares onde há vestígios de seus ancestrais. “*Nessas ruínas moravam tudo os Guarani, antes do homem branco, há muito tempo os Guarani já moravam aí*”. Esta fala feita pela indígena Guarani Ilda (informante dessa pesquisa) do *Tekoa Nhemboete*,

demonstra como se dá a relação estabelecida entre os Guarani e as ruínas da Cidade Real do Guairá.

Questionado se de fato a Cidade Real possui algum valor simbólico para este grupo, o cacique Libório disse: “*para nós significa, por isso agora é o Tekoa Nhemboete, significa que tem que adorar outra vez este*” (mostrando um fragmento de cerâmica pintada que estava em sua mão, o qual ele reconhece como *cambuchi*), “*porque Nhemboete significa que uma cidade antiga que já existe a mais de mil anos. Porque na Bíblia mesmo tem também Cidade Real, porque Cidade Real é lá no céu né, e por isso que Cidade Real foi o homem branco que chamou e nós chamamos Nhemboete. Nhemboete seria sagrado*”.

Em abril de 2013 época que se deu a primeira etapa de campo, a comunidade foi representada pela Guarani Ilda e pelo *xãmoi* (rezador) Onorino⁴ (informante dessa pesquisa). Ilda justificou a ausência de seu marido (cacique Libório) porta voz da comunidade que na ocasião estava participando de uma reunião junto com demais lideranças indígenas no Rio Grande do Sul. Primeiramente, Ilda nos levou até um marco demarcatório da área tombada como patrimônio histórico do sítio arqueológico da Cidade Real do Guairá e depois fomos conhecer uma área que os Guarani usam como escola. Ilda nos levou também à conhecer um local que, devido à densidade da mata, preserva estruturas de parte das ruínas⁵ da Cidade Real do Guairá e uma grande quantidade de telhas goiva (fig. 4). De volta à casa de Ilda, ela nos trouxe uma sacola com alguns fragmentos de cerâmica tradicional Guarani coletadas nas imediações do sítio arqueológico da Cidade Real do

4 No momento o Guarani Onorino não se reconhecia como rezador pelo fato de ele não estar exercendo esta atividade uma vez que a comunidade, no momento, não consta com uma casa de reza.

5 As ruínas de Cidade Real do Guairá “está hoje reduzida a uma série de muros de terra, “monchões” como os denominam os habitantes do lugar. Esses muros ou taludes têm altura variável de 1 a 1,5m. e excepcionalmente 2m. Na base chegam a atingir 2m. de largura. Tudo parece indicar que as paredes das habitações eram construídas com estruturas de madeira, talvez galhos trançados, preenchidas com barro (Chmyz 1976: 11).

Guairá, “é vasilha de cerâmica... por essa parte é tudo cheio” (fig. 5).



Fig. 4: Fragmentos de telhas goiva no sítio arqueológico de Cidade Real do Guairá



Fig. 5: Fragmentos cerâmicos coletados nas imediações do sítio arqueológico da Cidade Real do Guairá.

Percorremos também o caminho que dá acesso às casas do acampamento, com o objetivo de coletarmos informações sobre a quantidade de moradores, assim como para conhecer melhor a área, já prevendo as futuras etapas de campo. Naquele momento o Tekoa Nhemboete era formado por 17 indígenas, habitando 06 casas (fig. 6).

Ilda relatou a necessidade de se construir uma casa de reza na comunidade a qual deve seguir alguns cuidados especiais, entre eles, a escolha dos materiais adequados para a constru-

ção, como é o caso do uso do sapê⁶ como telhado. Para Ilda a inexistência de uma casa de reza no Tekoa Nhemboete se dá pelo fato de não haver sapê nas imediações do acampamento: “ainda não tem, porque aqui não tem o sapê pra fazer a casa de reza... tem que pedir pra Funai ajudar pra trazer. Usamos o sapê porque dura mais e porque é sagrado também, porque antigamente já fazia a casa de reza dele e também é mais fresco e quando tem granizo não tem perigo”.

Na segunda etapa de campo (setembro de 2013), o cacique Libório falou sobre as ruínas da Cidade Real em especial o local onde há a concentração de telhas goiva: “Antigamente tinha uma igreja aqui, homem branco derrubou e levou pra Guairá, aqui tem o teto dela. A igreja foi a primeira união Guarani e branco”.

Questionado sobre o porquê dos Guarani dizerem que aquele local abrigava uma antiga Igreja, Libório respondeu: “é porque ali tem enterrado este aqui” (mostrando um fragmento de telha em suas mãos), “este aqui só tem ali. Ali também tinha um coqueiro, só que derrubaram aquele coqueiro, e por isso que até agora meu coração esta batendo forte por isso né, porque o coqueiro, era antigo, plantava na frente da Igreja. Antigamente também tinha a manga, plantada perto da Igreja” (se referindo a um local anteriormente visitado). “São oito pés de manga, pra turma descansa de baixo, era uma parte da Igreja. E pros Guarani significa um lugar para recordar. Só que daí veio o trator e derrubou e deixou enterrado ali com essas cerâmicas, nós cavamos e achamos” (a cerâmica).

Libório levantou e foi buscar em sua casa algo que queria nos mostrar, uma vasilha cerâmica praticamente inteira a qual ele chamou de *nhaembé* ou *olla* que segundo ele servia para fazer comida. No mesmo local onde Libório encontrou a vasilha há uma canoa em parte soterrada (fig. 7), materiais líticos lascados e uma laje submersa com sulcos de afiação (fig. 6).

No caminho até este local, foi possível observar algumas armadilhas recentes, feitas

⁶ Sapê: gramínea cujo caule é secado e utilizado para construir o telhado da casa de reza tradicional indígena.



Fig.6: Localização do afluente do Rio Paraná onde foram encontrados uma canoa antiga, recipiente cerâmico, materiais líticos lascados e uma laje submersa com sulcos de afiação. A imagem mostra também o local de uma ruína com concentração de telhas goivas, as habitações Guarani numeradas de 1 a 7, o local onde é feita a captação de água pelos indígenas, o local onde há uma concentração cerâmica fora dos limites da área tombada, e áreas de realização das sondagens arqueológicas identificadas como S1, S2, S3 e S4.

pelos Guarani, demonstrando alguns aspectos do modo de vida tradicional indígena (fig. 8).

Sobre o processo de confecção da cerâmica o cacique Libório disse que cada um fazia seu desenho, diferenciando a “*minha vasilha da sua*”, e a confecção da cerâmica não era fazer exclusivo da mulher, “*se você homem quisesse fazer podia*”, relatou, “*assim como hoje*” - mostrando o jovem Guarani Elieser, sentado ao lado “*ele gosta de fazer artesanato, todo dia ele senta e faz artesanato de madeira, eu não, mas eu gosto muito e apoio quem faz. Só que nesta questão*” – apontando para um fragmento de telha goiva que tinha colocado sobre a perna (fig. 9), “*esta só o homem quem faz*”.

É provável que com este discurso e mesmo com o gesto de colocar a telha sobre a coxa, Libório estivesse associando a fabricação da telha com a ideia de que essa seria feita nas “*coxas dos escravos*”, como comumente é pensado, embora



Fig. 7: Canoa e laje submersa com sulcos de afiação encontrados em afluente do Rio Paraná.



Fig. 8: Armadilha Guarani em Tekoa Nhemboete.

esta ideia não encontre respaldo em evidências tendo sido descartada, uma vez que como afirma La Pastina Filho (2006), considerando que a dimensão desse tipo de telha varia entre 0,45 a 0,80cm, a pessoa que fabricasse as telhas teria que ter uma altura superior a 3 metros:

“Para confirmar nossa convicção da inconsistência da assertiva – telhas feitas nas coxas dos escravos – tomamos as medidas das coxas de um homem de 1,80m de altura e verificamos que, usando-a como molde, só seria possível a fabricação de uma minúscula telha de 36 cm de comprimento. Sem maiores preocupações com aspectos de anatomia humana, se estabelecermos uma simples regra de três, poderemos verificar que, para fabricar uma telha de 77 cm precisaríamos contar com um escravo de 3,85m de altura.” (La Pastina Filho 2006:20). Esta ideia relatada na fala de Libório demonstra que algumas questões são transmitidas e ressignificadas a partir de discursos que se originam do mundo exterior ao grupo, e que devem ser calmamente analisadas para que se compreenda até que ponto estes discursos externos estão sendo incorporados no conhecimento tradicional.

Em outro momento o cacique nos acompanhou até uma área próxima aos limites da área tombada onde há uma concentração lito-cerâmica que de acordo com Libório deveria ser uma “fábrica” (“por aqui tudo, tem material, antes era tudo cheio de Guarani por isso que tem cerâmica em tudo aqui. Em Guairá tinha um cemitério indígena e aqui perto tem outro”) (fig. 10, fig. 6).

Libório também falou sobre o antigo costume indígena em sepultar os falecidos dentro de



Fig. 9: Cacique Libório com um fragmento de telha goiva sobre a perna.

urnas funerárias “era costume né, porque na verdade índio guarani não para em nenhum lugar, se achou um lugar melhor desenterra e leva junto”. De acordo com o discurso assumido pelos Guarani é possível perceber que de fato a reocupação das ruínas da Cidade Real do Guairá é simbólica e pertence a ancestralidade Guarani, tema este que deverá ser melhor trabalhado em etapas futuras do projeto.

Intervenções arqueológicas

Além desse levantamento incipiente sobre a relação dos Guarani com este território, foram realizadas intervenções arqueológicas em subsuperfície, na forma de sondagens, com o propósito de viabilizar algumas melhorias urgentes para o aumento de qualidade de vida dos nativos: instalação de caixa d’água, construção de sanitários e local para cultivo de roça.

Ao todo foram realizadas 48 sondagens arqueológicas em 5 áreas distintas e próximas às casas, em área marginal às ruínas de acordo com os levantamentos arqueológicos previamente realizados. Todas essas áreas foram



Fig. 10: Concentração lito-cerâmica em local próximo a área tombada.

anteriormente escolhidas pelos indígenas, sendo que as sondagens objetivaram analisar a existência ou não de material arqueológico que pudesse ser impactado com a instalação das benfeitorias. Ressalta-se que todo esse trabalho foi realizado com a colaboração direta dos Guarani que auxiliaram a equipe técnica em todo o processo de execução das sondagens.

Área 01

A primeira área analisada destina-se a implantação de uma caixa d'água, que deverá ser instalada pela Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná). No local foram realizadas 9 sondagens equidistantes 5 metros entre si, com profundidade de 0,90m., nas proximidades da UTM 21J 0795498/7338655, próximo à casa dos Guarani Onorino e Regina, em terreno plano, com a presença de agricultura não mecanizada e tocos de árvores, com visibilidade do solo superior a 75%, com algumas raízes e gramíneas

(fig. 6). No geral o solo da superfície possuía uma coloração marrom claro, e em subsuperfície uma coloração marrom avermelhado que ia ganhando uma coloração marrom avermelhado escuro ao atingir as camadas mais baixas, próximas aos 0,90m., de textura arenoargilosa e de compactação friável. Até os 0,85m. foi possível observar a presença de radículas. Todas as sondagens foram negativas quanto à presença de material arqueológico. (fig. 11).

Área 02

A segunda área analisada destina-se a implantação de um banheiro. No local foram realizadas 9 sondagens equidistantes 5 metros entre si, com profundidade de 0,90m., nas proximidades da UTM 21J 0795517/7338670, próximo à casa dos Guarani Onorino e Regina, em terreno plano, com a presença de resquícios de agricultura não mecanizada e tocos de árvores, com visibilidade do solo média para alta de 50 a 75% com algumas raízes, gramíneas e restos de carvão (fig. 6). No geral o solo da superfície possuía uma coloração marrom claro avermelhado, e em subsuperfície uma coloração marrom avermelhado até os 0,90m., de textura areno-argilosa e de compactação friável, com presença de radículas por todo o nível. Todas as sondagens foram negativas quanto à presença de material arqueológico. (fig. 12)



Fig. 11: Intervenções na área 01.

Área 03

A terceira área analisada destina-se a implantação de um banheiro. No local foram realizadas 9 sondagens equidistantes 5 metros entre si, com profundidade de 0,90m., nas proximidades da UTM 21J 0795409/7338598, próximo à casa dos Guarani Libório e Ilda, em terreno plano, com vegetação de mata secundária arbórea e arbustiva, com visibilidade de solo de baixa para média - 25% a 50%, com algumas raízes, gramíneas e restos de carvão (fig. 6). No geral o solo da superfície possuía uma coloração marrom claro, e em subsuperfície uma coloração marrom avermelhado até os 0,90m., de textura areno-argilosa e de compactação friável nos níveis superiores e compacto nos inferiores, com presença de radículas até aproximadamente os 0,20cm. Todas as sondagens foram negativas quanto à presença de material arqueológico.

Área 04

A quarta área analisada destina-se a implantação de um banheiro. No local foram realizadas



Fig. 12: Área de sondagem 02.

9 sondagens equidistantes 5 metros entre si, com profundidade de 0,90m., nas proximidades da UTM 21J 0795148/7338411, próximo à casa do Guarani João Benites, em terreno aplainado com declividade suave, com agricultura não mecanizada (mandioca) e visibilidade de solo alta, superior aos 75%. No geral, o solo da superfície e subsuperfície possuía uma coloração cinza claro, com textura arenosa fina e de compactação friável (fig. 6). Todas as sondagens foram negativas quanto à presença de material arqueológico (fig. 13)

Área 05

A quinta área analisada destina-se ao cultivo de uma roça. No local foram realizadas 12 sondagens equidistantes 5 metros entre si, com profundidade de 0,90m., nas proximidades da UTM 21J 0795460/7338711, próximo à casa dos Guarani Libório e Ilda, em terreno plano, com vegetação de mata secundária arbórea e arbustiva com visibilidade média para alta - 50% a 75%, com tocos de árvores, algumas raízes, gramíneas e capim (fig. 6). No geral o solo da superfície possuía uma coloração marrom claro, e em subsuperfície uma coloração marrom avermelhado até os 0,90m., de textura areno-argilosa e de compactação friável, com presença de radículas por todo o nível. Todas as sondagens foram negativas quanto à presença de material arqueológico (fig.14). No local foram retiradas algumas árvores, no espaço indicado na figura 15 pelo traçado vermelho menor,



Fig. 13: Área de sondagem 04.

onde foram realizadas as sondagens, porém há a possibilidade que o local a ser destinado a roça seja expandido para as dimensões do traçado vermelho maior, mas para isso serão necessários novos estudos e sondagens em subsolo a serem desenvolvidos em etapas de campo posteriores



Fig. 14: Área de sondagem 05.

Outras ações desenvolvidas

Em novembro de 2013 foi realizada mais uma etapa de campo, dessa vez com a presença do arqueólogo Igor Chmyz. Esta etapa teve como objetivo a realização de uma análise mais aprofundada sobre a situação da canoa encontrada em aflente do Rio Paraná. Foram analisadas questões como a antiguidade da canoa que deverá passar por um processo de datação, assim como estratégias de remoção da mesma. Ressalta-se que durante todas estas etapas de pesquisas de campo, foram realizadas concomitantemente reuniões com setores do poder público do município de Terra Roxa e com representantes da Usina Hidrelétrica de Itaipu com o objetivo de viabilizar parcerias para a continuação das pesquisas e valoração das tradições indígenas e dos remanescentes arqueológicos. Nesta mesma etapa foi possível observar que já havia sido instalada, mesmo que de maneira

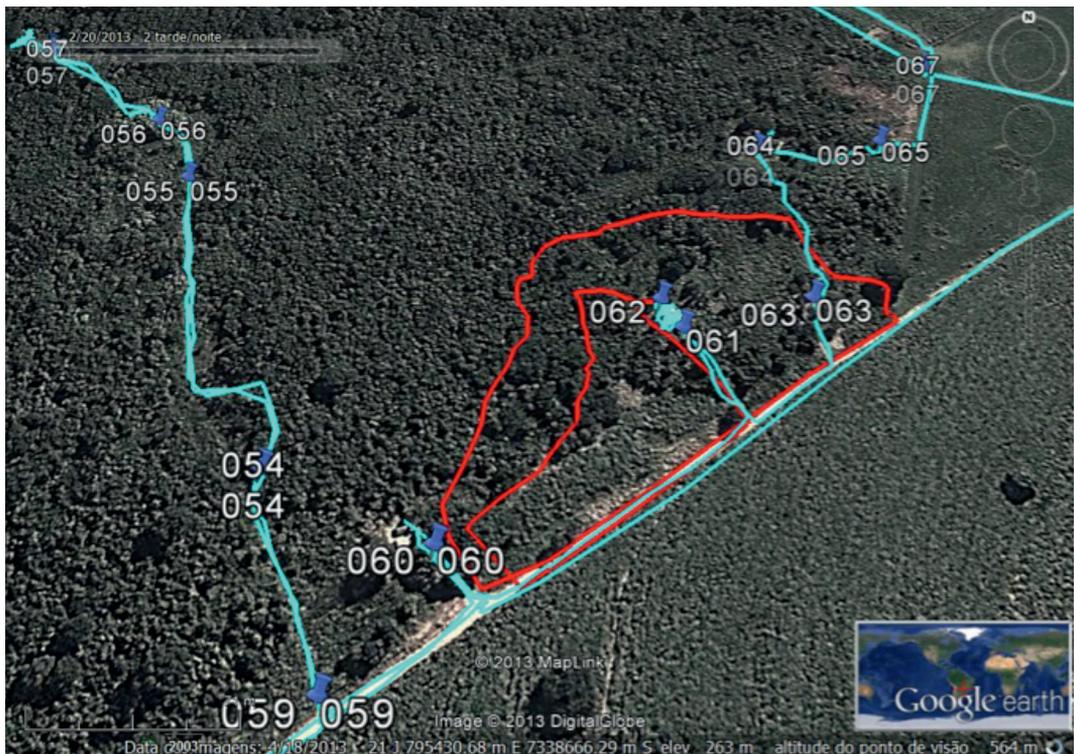


Fig. 15: Delimitação da área de roça. Traçado em vermelho menor já prospectado. Traçado vermelho maior deverá ser prospectado em etapa posterior.

provisória a caixa de água, pela Sanepar, porém os banheiros ainda não tinham previsão para serem construídos.

O cacique Libório se mostrou interessado na continuidade dos trabalhos, sobretudo no que diz respeito a relação contemporânea deles com aquele espaço simbólico, ao que parece, o cacique e toda a comunidade enxerga em trabalhos dessa natureza uma oportunidade para serem agentes de sua própria história, e entre algumas demandas ele volta a ressaltar a necessidade da construção de uma casa de reza na comunidade e ainda se mostrou interessado na construção de um local para venda de artesanato *“aqui seria bom se fizesse uma casa de reza bem feito, uma casa de artesanato, pra gente poder vender, seria bom porque daí teria alguma coisa de recordação daqui. Seria bom se fizesse a construção das casas de sapê, seria bom pra turma ver, tem a casa de material, mas aí na beira tem a casa nossa”*.

Considerações finais

A continuidade das pesquisas arqueológicas nas ruínas da Cidade Real do Guairá e seu entorno é de grande importância devido ao acúmulo de informações que o estudo do registro arqueológico pode proporcionar sobre o processo de ocupação territorial indígena pré-colonial, assim como sobre as formas como se deu o contato entre indígenas e colonizadores europeus a partir do século XVI nesta região. As próximas etapas desse estudo visam um aprofundamento nas hipóteses de ocupação e ressignificação territorial, partindo-se da posição teórica de que a Arqueologia contempla a possibilidade de haver mais que uma interpretação possível para cada local/objeto (Hodder, 2000).

Estas distintas possibilidades interpretativas se dão de acordo com a concepção de mundo de cada participante da pesquisa e as relações simbólicas que cada qual tem com o local a ser pesquisado. Dessa forma, pretende-se somar o conhecimento indígena com os dados científicos adquiridos das pesquisas arqueológicas já realizadas, e as que ainda serão desenvolvidas. (Latour, 1994; 2004; 2008; Viveiros de Castro, 1996; 2002; 2012).

Trabalhos de pesquisa que envolvam populações nativas são importantes uma vez que possibilitam a afirmação de identidades por parte destes grupos em relação a sociedade envolvente e a seus locais de origem. Esse processo acontece quando os indígenas percebem que suas histórias de vida e de seus ancestrais são valorizadas como importantes no processo de formação e reconhecimento de seus legítimos territórios, transformando os nativos em agentes de sua própria história (Andrade, 2013, 2014). A ideia é pensar esses territórios constituídos através da concepção e das particularidades nativas a respeito do tema.

A concepção nativa de território remete a vivência de uma sociedade sobre um determinado espaço, a partir do ponto de vista tradicional, e das relações simbólicas, políticas, econômicas e ambientais que fazem parte da construção da identidade e concepção de mundo nativa (Gallois 2004; Tapajós Araújo 2010; Garlet e Assis 2009; Andrade 2013, 2014).

O território Guarani faz parte de uma rede contínua que envolve toda a atual região sul do país desde tempos pré-coloniais, como destacado em estudos como os realizados por Noelli (1993, 1996), Soares (1996), Lino (2009), Milheira (2010) entre outros, os quais têm se dedicado a compreender os processos de ocupação territorial dos grupos Guarani do sul.

Esta ocupação pretérita foi esvaziada, sobretudo no decorrer da segunda metade do século XX devido às pressões sofridas mediante ao avanço do modelo de colonização adotado. Porém, a partir do início do século XXI diversos fragmentos de todo esse território têm sido retomados demonstrando a consciência de seus direitos, pois as populações indígenas:

“(...) identificam com clareza a extensão de seu território tradicional de ocupação, dentro do qual continuam a se deslocar, segundo redes de troca e de parentesco bastante intrincadas, apesar das inúmeras dificuldades econômicas e sociais que enfrentam diariamente. Os Guarani possuem profunda consciência dos eventos e agentes que os expropriaram de suas terras e de seus meios de subsistência, o que os levou a si-

tuação de extrema penúria em que vivem hoje.” (Packer 2013:7).

Essa condição precária é o reflexo de anos de descaso do setor público com este povo e da ideia arbitrária de redução indígena em locais escolhidos de acordo com a conveniência dos detentores de poder. E para que de fato, o processo de reconhecimento e retomada dos territórios Guarani seja um processo legal, no sentido de ser garantido por lei, é necessário que seja tomada uma série de medidas, sobretudo na esfera política.

Porém, ao que parece estas mudanças estão longe de acontecer, uma vez que o Congresso Nacional tem sido fortemente influenciado por setores ligados ao agronegócio, entre outras bancadas conservadoras que postergam e dificultam as discussões sociais das minorias. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os municípios de Guairá e Terra Roxa cultivaram, em 2012, mais

de 160 mil hectares de milho e soja, que lhes renderam cerca de R\$ 250 milhões, sem falar no *boom* imobiliário que a região tem passado devido à fertilidade do seu solo. Diante dos bons rendimentos agrícolas locais, cresce o interesse político e econômico pela não demarcação das terras indígenas. Dessa forma, sendo a região oeste do Paraná uma região de forte potencial agrícola é necessário que se estabeleçam discussões maduras para que ambas as bandeiras – indígenas e agropecuárias – não sejam prejudicadas.

Agradecimentos

A Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná em nome de Almir Pontes Filho e a Júlio Cezar Telles Thomaz pelo empenho em viabilizar esse projeto.

ANDRADE, S. The recapture of ancestors territories: the Guarani and the Cidade Real do Guairá. *R. Museu Arq. Etn.*, 24: 91-107.

Abstract: In 2009 a group of indigenous Guarani reoccupied an area where there are the ruins of the Cidade Real do Guairá, in the current city of Terra Roxa in the west of Paraná. This village is part of a collection of thirteen Guarani indigenous communities in the region, which generally survive in conflict and without the minimum of life quality. According to archaeological research already conducted, the ruins are over an old indigenous territory, and this contemporary reoccupation is a attempt process of recapture thereof territory, which for centuries has been removed from the natives by powerfull groups. Understand the relationship between Guarani and this site as well as contribute to the improvement of basic sanitation, and life quality of this group, is the aim of this work.

Keywords: Guarani – Cidade Real do Guairá – Recapture

Referências bibliográficas

- Andrade, S.A. 2013 *Etnoarqueologia Mbya Guarani no Tekoa Pindoty (Ilha da Cotinga) litoral do Estado do Paraná*. Dissertação de mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Andrade, S.A. 2014 Uma proposta etnoarqueológica sobre a concepção do território: os Mbya Guarani e o Tekoa Pindoty. *Cadernos do Lepaarq* XI (21):2-16.
- APIB – Articulação dos povos indígenas do Brasil. 2014. *Carta pública da Apib aos candidatos e candidatas à Presidência da República*. Disponível em: ib.adnxs.com/pt?id=3399934&size=728x90&referrer=http%3A%2F%2Fwww.cimi.org.r%2Fsite%2Fptr%2F%3Fsystem%3Dnews%26conteudo_id%3D7719%26action%3Dread&cb=45650413. Acesso em: 15\09\2014.
- Chmyz, I. 1976. Arqueologia e História da Vila Espanhola de Ciudad Real do Guairá. *Cadernos de Arqueologia* 1.
- Chmyz, I; Chmyz, J; Brochier, L. 1999. *Relatório de levantamento dos bens arqueológicos associados às ruínas de Cidade Real del Guayrá*. Curitiba.
- Cimi – Conselho Indigenista Missionário. 2013. *Nota pública contra as ações anti-indígenas no oeste do Estado do Paraná*. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt=-br/?system=news&action=read&id=6797&page=1>. Acesso em: 10\05\2013.
- CTI – Centro de Trabalho Indigenista. 2013. *Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988): Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade*.
- Gallois, D.T. 2004. *Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza*. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/dgallois-1.pdf. Acesso em: 22\09\13.
- Garlet, I; Assis, V. 2009. Desterritorialização e Reterritorialização: a compreensão do território e da mobilidade Mbyá-Guarani através das fontes históricas. *Fronteiras* 11(19): 15-46.
- Gaulier, P. 2013. *Arqueologia das Missões Jesuíticas*. Curitiba, 06 Maio 2013. Palestra proferida na II Semana de Oficinas em Arqueologia MAE – UFPR.
- Hodder, I. 2000. *Towards reflexive method in archaeology: the example at Çatalhöyük*. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research,.
- Itaipu Binacional. 2013 *Comunidades Indígenas*. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/meioambiente/comunidades-indigenas>, acesso em: 10\05\2013.
- Latour, B. 1994. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Latour, B. 2004. *Políticas da Natureza. Como fazer ciência na democracia*. Bauru, São Paulo: EDUSC.
- Latour, B. 2008. *Reensemblar social. Uma introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial,.
- Lino, J. T. 2009. *Arqueologia Guarani no vale do rio Araranguá, Santa Catarina: aspectos de territorialidade e variabilidade funcional*. Erechim: Habilis.
- Milheira, R.G. 2010. *Arqueologia guarani no litoral sulcatarinense: história e território*. Tese de doutorado. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, USP.

- Noelli, F.S. 1993. *Sem tekohá não há teko (em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação em uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS)*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS
- Noelli, F.S. 1996. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia* 39: 7-53.
- Oliveira, D. 2013. *A questão indígena do oeste do Paraná*. LEC – Laboratório Multidisciplinar de Educação Continuada. Palestra. Unioeste.
- Packer, I. 2013. *Violação dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná (1946 – 1988): Subsídios para a comissão nacional da verdade*. CTI – Centro e Trabalho Indigenista.
- Pontes Filho, A. 2010 *Informação técnica n° 098-10 da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de estado da Cultura do Paraná*.
- Pontes Filho, A; Moscal, J.S.; Doberstein, J.M. 2012. *Informação técnica conjunta n° 001\2012 – Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná e Superintendência do Iphan no Paraná*.
- Pontes Filho, A. 2012. *Prospecção arqueológica na área de tombamento do sítio arqueológico Cidade Real do Guairá*. Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.
- Soares, A. L. 1997. *Guarani. Organização social e arqueologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Tapajós Araújo, M.A. 2010. *Condicionantes para demarcação de territórios indígenas: a postura judicial do Estado brasileiro na afirmação dos direitos territoriais indígenas*. II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte. Belém.
- Viveiros de Castro, E. 1996. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *MANA* 2(2): 115-144.
- Viveiros de Castro, E. 2002. *Perspectivismo e multinaturalismo na Amazônia indígena*. In. _____. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Viveiros de Castro, E. 2012. *Introdução ao pensamento indígena*. FIAPO – Filosofia e antropologia política. Departamento de filosofia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://vimeopro.com/fiapome/viveiros>>. Acesso em: 13\01\2013.
- Watson, V.D. 2003 *Ciudad Real: um sítio Guarani-Espanhol no alto rio Paraná*. *Revista Arqueologia*:139-155.